

# Políticas Públicas na Educação Brasileira

Caminhos para a Inclusão

Atena Editora



Atena Editora

**POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA:  
CAMINHOS PARA A INCLUSÃO**

---

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Edição de Arte e Capa:** Geraldo Alves

**Revisão:** Os autores

#### Conselho Editorial

Profª Drª Adriana Regina Redivo – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Pesquisador da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez – Universidad Distrital de Bogotá-Colombia  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª. Drª. Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª. Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª. Drª. Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas na educação brasileira: caminhos para a inclusão /  
Organização Atena Editora. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora,  
2018.  
273 p. : 2.547 kbytes – (Políticas Públicas na Educação  
Brasileira; v. 5)

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-93243-78-3  
DOI 10.22533/at.ed.783182203

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.  
3. Educação inclusiva. I. Série.

CDD 379.81

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de  
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos  
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins  
comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

E-mail: [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO I**

CULTURA SURDA NA EDUCAÇÃO DE SURDOS: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DESENVOLVIDAS POR PROFESSORAS NO CURSO DE PEDAGOGIA

*Fernando Rodrigues Tavares e Polliana Barboza da Silva*..... 6

### **CAPÍTULO II**

A EDUCAÇÃO DE SURDOS: UM RESGATE HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO DAS ESTRATÉGIAS DE ENSINO APRENDIZAGEM PARA OS DEFICIENTES AUDITIVOS

*Daniele Gruska Benevides Prata, José Kasio Barbosa da Silva, Marcos Andrade Alves dos Santos, José Rafael Moura Silva, Luis Gustavo Guerreiro Moreira e Juliana Brito Cavalcante* ..... 16

### **CAPÍTULO III**

A EDUCAÇÃO ESPECIAL EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE RECIFE – PE

*Anderson Felipe Pereira da Silva, Elyza Matutynna de Queiroz Santos, Luiz Ferreira de Oliveira Junior, Maria Elena da Cruz e José Dayvid Ferreira da Silva* ..... 29

### **CAPÍTULO IV**

A EDUCAÇÃO ESPECIAL SOB O PRISMA DA LEGALIDADE: CAMINHOS NORMATIVOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

*Ana Cristina de Almeida Cavalcante Bastos, Ana Paula Soares Loureiro Rodrigues e Layanna de Almeida Gomes Bastos* ..... 37

### **CAPÍTULO V**

A UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS MANIPULÁVEIS PARA INTRODUÇÃO DO NÚMERO PI A ALUNOS SURDOS E OUVINTES NO ENSINO FUNDAMENTAL

*Anyla Laise Santos, Monalisa Silva Melo, Karolina Lima dos Santos Araújo e José Jefferson da Silva* ..... 51

### **CAPÍTULO VI**

A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DIDÁTICOS COMO MÉTODOS MEDIADORES E FACILITADORES NO ENSINO DE QUÍMICA PARA ALUNOS CEGOS

*Andrezza Damasceno de Macêdo, Ana Célia Pereira Damasceno de Macêdo, Amanda Damasceno de Macêdo, Ana'mélia Damasceno de Macêdo, Cintia Valéria da Conceição, Juliana da Silva Pereira e Lourhan Oliveira Chaves*..... 59

### **CAPÍTULO VII**

BRINQUEDOTECA, BRINCAR PARA INCLUIR: RELATO DE EXPERIÊNCIA

*Pollyana Souto da Silva, Pedro Thiago Chagas de Souza, Bruna Caroline Pessoa Guimarães e Tânia Maria de Oliveira Nery*..... 70

## **CAPÍTULO VIII**

### **DESAFIOS NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE PESSOAS AUTISTAS**

*Luanna Raquel Gomes Macedo, Tatiana Cristina Vasconcelos, Joselito Santos, Aline Oliveira Costa, Fernanda Caroline Pereira Silva e Nathalia Rodrigues Araújo.....81*

## **CAPÍTULO IX**

### **EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL**

*Blenda Carine Dantas de Medeiros e Thiago Matias de Sousa Araújo.....94*

## **CAPÍTULO X**

### **EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A CONCEPÇÃO VYGOTSKYANA DA MEDIAÇÃO**

*Wuallison Firmino dos Santos, Vanessa Lays Oliveira dos Santos e Marcus Bessa de Menezes..... 105*

## **CAPÍTULO XI**

### **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA ANÁLISE PROFISSIONAL E CURRICULAR**

*Renan Belém da Silva, Osias Raimundo da Silva Junior, Carlos Augusto Batista Sena, Vyctor Mateus de Melo Alves da Silva e Rebeka Rayane Araujo de Lima..... 115*

## **CAPÍTULO XII**

### **EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NO GRUPO AGITAÇÃO RIO PRETO: ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE EM AMBIENTES PROPÍCIOS AO LAZER E À EDUCAÇÃO**

*Maria Fernanda Sanchez Maturana, Vagner Sérgio Custódio, Vanessa Cristina Sossai Camilo e Fátima Elisabeth Denari..... 124*

## **CAPÍTULO XIII**

### **INCLUSÃO DE ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN NO ENSINO SUPERIOR É POSSÍVEL**

*Sônia Helena Costa Galvão de Lima e Edileine Vieira Machado..... 134*

## **CAPÍTULO XIV**

### **INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO ENSINO REGULAR**

*Patrícia Teixeira de Matos e Raimunda Auríliia Ferreira de Sousa..... 146*

## **CAPÍTULO XV**

### **INCLUSÃO ESCOLAR DE DEFICIENTES FÍSICOS: ESTUDO DE CASO DE PESSOAS COM OSTEOGÊNESE IMPERFEITA.**

*Núbia Xavier da Silva, Carla Estefani Batista, Oberdan José Teixeira Chaves e Agerdânio Andrade de Souza ..... 159*

## **CAPÍTULO XVI**

### **INCLUSÃO ESCOLAR: ESTUDO REALIZADO COM ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN NA REDE PRIVADA DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE OLINDA/PE**

*Márcia Rejane Almeida de Carvalho ,..... 174*

## **CAPÍTULO XVII**

**MIELOMENINGOCELE E HIDROCEFALIA NA ESCOLA: ROMPENDO COM OS NERVOS DAS LIMITAÇÕES EDUCACIONAIS**

*Katheley Wesllayny da Silva Santos*..... 191

## **CAPÍTULO XVIII**

**OS ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO E A TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL: UMA REVISÃO DA LITERATURA**

*Keilla Rebeka Simões de Oliveira e Sandra Patrícia Ataíde Ferreira* ..... 204

## **CAPÍTULO XIX**

**POLÍTICAS DE INCLUSÃO E EVASÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA: INCLUSÃO, PARA QUEM?**

*Andreia Gomes da Cruz* ..... 216

## **CAPÍTULO XX**

**PROJETO DE INTERVENÇÃO: “A INCLUSÃO COMEÇA POR VOCÊ!”**

*Amanda Pereira Soares Lima e Carla Montefusco de Oliveira*..... 231

## **CAPÍTULO XXI**

**REFLETINDO A AVALIAÇÃO E (RE)PENSANDO MODELOS ALTERNATIVOS PARA ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECÍFICAS**

*Déborah Kallyne Santos da Silva, Veralucia de Lima Silva, Marly Santos da Silva, Cristiane do Nascimento Martins e Adriana de Andrade Gaião e Barbosa*..... 242

## **CAPÍTULO XXII**

**TECENDO RELAÇÕES ENTRE LETRAMENTO DIGITAL E INCLUSÃO SOCIAL**

*Luciana Velloso*..... 251

**Sobre os autores**.....262

## **CAPÍTULO IV**

### **A EDUCAÇÃO ESPECIAL SOB O PRISMA DA LEGALIDADE: CAMINHOS NORMATIVOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

---

**Ana Cristina de Almeida Cavalcante Bastos  
Ana Paula Soares Loureiro Rodrigues  
Layanna de Almeida Gomes Bastos**

## A EDUCAÇÃO ESPECIAL SOB O PRISMA DA LEGALIDADE: CAMINHOS NORMATIVOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

**Ana Cristina de Almeida Cavalcante Bastos**

Universidade Federal da Paraíba. Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões

João Pessoa-Paraíba

**Ana Paula Soares Loureiro Rodrigues**

Universidade Federal da Paraíba. Programa de Pós-Graduação em Educação

João Pessoa-Paraíba

**Layanna de Almeida Gomes Bastos**

Universidade Federal da Paraíba. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA

João Pessoa – Paraíba

**RESUMO:** Este estudo discorre sobre os marcos legais e referenciais que explicitam a importância da garantia da Educação Especial na oferta de recursos e serviços voltados aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, público-alvo da Educação Especial objetivando favorecer o desenvolvimento das potencialidades de alunos para que estes não somente estejam matriculados, mas verdadeiramente incluídos no ambiente escolar. Reflete também a necessidade da publicização no ambiente escolar, o fato do Brasil ser signatário de marcos internacionais que legalizam o direito à educação como algo inerente a condição humana e que portanto, deve ser ofertada através de sistema de ensino que não exclua e nem discrimine ninguém e que oportunize a convivência fraterna de todos os alunos em condições de igualdade na escola. Utilizando-se de pesquisa bibliográfica, traz como objetivo geral promover reflexão aprofundada sobre Educação Especial a partir dos marcos legais e referenciais que normatizam esta modalidade de educação. Tem como objetivos específicos ampliar o olhar docente sobre os marcos legais e socializar estes marcos não somente na sala de aula, mas em todo ambiente escolar. Como resultado se espera que os professores entendam a educação especial, não mais como um sistema paralelo de ensino, mas transversando todas as modalidades da educação básica e contribuam com sua prática diuturna para o fortalecimento de uma educação mais plural, respeitosa e fraterna que reconheça e respeite o aluno da Educação Especial como um sujeito de direitos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Especial. Marcos legais. Educação inclusiva

### 1- INTRODUÇÃO

Ao se fazer uma retrospectiva sócio-histórica ao longo do tempo percebe-se que a pessoa com deficiência sofreu em sua própria existência o impacto de uma sociedade excludente que marginaliza, segrega e exclui, desde os primórdios das antigas civilizações, nas quais na maioria das vezes, estas pessoas não tinha sequer

direito à vida e hoje, até os dias atuais na contemporaneidade, muito embora sem deixar de registrar que houve uma evolução considerável na conquista de direitos em âmbito internacional e nacional.

O Brasil é um dos países com uma legislação avançada que garantem e legalizam os direitos das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação que correspondem ao público-alvo da educação especial. Só que estes direitos ainda precisam ser conhecidos, publicizados e respeitados para que estas pessoas possam usufruir de uma sociedade inclusiva que reconheça e respeite as pessoas em sua singularidade a fim de que todos usufruam de uma igualdade de oportunidades naquilo que lhes é ofertado.

Dentre os direitos fundamentais inerentes à condição humana está o direito à educação que deve ser garantido a todos pelo Estado Brasileiro como direito público subjetivo, efetivado pela Constituição Brasileira e ratificado novamente por uma série de marcos normativos existentes, que se efetivamente colocados na prática do dia a dia, proporcionarão mudanças efetivas que preconizam um quebra de paradigmas no sistema educacional, ao sair de um modelo de integração escolar, onde o aluno na maioria das vezes oriundos de instituições especializadas tinha que apresentar uma aptidão para ingressar na escola e a ela se adaptar. Com a educação inclusiva, é a escola quem tem que se adaptar ao aluno e oferecer condições para que não haja somente a matrícula, mas a garantia do acesso e permanência com sucesso de todos os seus alunos no processo ensino-aprendizagem.

Este novo repensar sobre a garantia de direitos das pessoas público-alvo da educação especial, propõe um novo olhar sobre a atuação da sociedade que é chamada para se responsabilizar em garantir ambientes inclusivos de forma a favorecer a participação de todos os seus membros. Para tanto se faz necessário um entendimento mais amplo sobre o conceito de Educação Especial.

Segundo o artigo 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

Só que na realidade a Educação Especial vem passando por um processo de mudança no decorrer do tempo no tocante ao seu entendimento enquanto modalidade de educação, pois surgida como escolarização, num sistema paralelo ao ensino regular, ofertada em instituições especializadas, escolas ou classes especiais que escolarizavam um público alvo específico, passa a ter uma conceituação bem mais abrangente na oferta de recursos e serviços especializados com a finalidade de atender as necessidades educacionais desse alunado. É assim que preconiza a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Ed

Inclusiva um dos documentos orientadores mais importantes no Brasil que alavanca o processo de inclusão escolar:

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. (BRASIL, 2008, p 10)

Percebe-se então que a partir do momento que a Educação Especial é entendida com um olhar mais ampliado no sentido de favorecer a identificação e oferta de recursos e serviços, o desenvolvimento de práticas colaborativas para o pleno desenvolvimento do aluno, a formação de redes de apoio envolvendo a família e a comunidade, a formação continuada de professores, a preocupação com a acessibilidade arquitetônica, comunicacional e atitudinal, de forma a transversar todos os níveis e modalidades de ensino, fomenta e fortifica cada vez mais a Educação Inclusiva.

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (BRASIL, 2008, p 1)

Destarte, este estudo que se utilizou da metodologia de pesquisa bibliográfica, tem como objetivo geral promover uma reflexão aprofundada sobre a Educação Especial a partir dos marcos legais e referências que normatizam esta modalidade de educação, com fins de demonstrar sua verdadeira importância para o fortalecimento de uma educação verdadeiramente inclusiva. Propõe como objetivos específicos apresentar os principais marcos legais e referenciais que normatizam a Ed. Especial na perspectiva inclusiva: refletir sobre o papel do Brasil enquanto signatário de marcos nacionais e internacionais que legalizam o direito de todos a uma educação num sistema de ensino que não exclua e nem discrimine ninguém; apontar a importância da publicização deste conhecimento sobre os marcos legais que fundamentam as políticas públicas voltadas aos alunos da Ed Especial, como sujeitos de direitos.

## **2- METODOLOGIA:**

O presente estudo apresenta uma pesquisa qualitativa a partir da análise de dados de forma indutiva de uma pesquisa teórico-metodológica documental, bibliográfica sobre educação especial na perspectiva inclusiva a partir de todo um arcabouço normativo e filosófico que fundamenta e legaliza esta área de conhecimento. Para tanto, utilizou-se como fonte de pesquisa livros, artigos científicos, periódicos, material disponibilizado na internet e em outras mídias

digitais, que versavam sobre esta temática de forma a se conceber os marcos legais necessários e, portanto de fundamental importância para o processo de disseminação deste conhecimento a fim de situar o aluno com deficiência como um sujeito de direitos ao usufruto de uma educação que o faça não estancar nos limites, mas avançar em suas potencialidades, à medida que promove condições necessárias para este fim.

No percurso metodológico, foram sendo estudados os documentos norteadores em âmbito internacional e nacional, bem como seu real impacto na adoção de políticas públicas favorecedoras do processo de inclusão escolar à medida que se fortalece a educação especial como oferta de recursos e serviços voltados para um público específico que requer um olhar mais acurado para equalizar as igualdades de oportunidades de vivências em ambientes escolares.

### **3- RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Ao passo que apresenta os marcos normativos, este estudo pretende instrumentalizar o professor no sentido de capacitá-lo para trabalhar com o respeito às diferenças individuais dos alunos público-alvo da educação especial, a partir do conhecimento dos seus direitos enquanto detentores de dignidade humana, usufruindo do convívio com a diversidade humana como fator de crescimento e não de limitação. Propõe que a partir do conhecimento adquirido, este embasamento legal seja matéria de discussão em sala de aula e no ambiente escolar com o objetivo de disseminar a inclusão escolar como um caminho normativo numa sociedade de direito para todos!

#### **3.1 DOCUMENTOS ORIENTADORES NO ÂMBITO INTERNACIONAL**

A Declaração Universal dos Direitos Humanos datada de 1948, ainda continua até os dias atuais sendo um documento de capital importância para o desenvolvimento dos outros documentos normativos que a precederam. Nela, há o reconhecimento de que todos os seres humanos nascem livres e iguais, em dignidade e direitos. (Art. 1º) e que, portanto não se pode admitir qualquer tipo de preconceito oriundo de 'raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação" (Art. 2º.).

Ao se tratar de Educação, o Artigo 26 apresenta a seguinte redação:

Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.

2.A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve

favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.

3. Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o gênero de educação a dar aos filhos.

Pelo teor da DUDH percebe-se que existe uma ampliação dos objetivos da educação que vai muito além do cognitivo quando afirma que deve dar plena expansão da personalidade humana e sua interação para com os outros valores que permeiam as relações interpessoais de maneira saudável para gerar uma cultura de paz. Dessa forma, o aluno da educação especial requer uma escola que tenha profissionais afinados não somente na Lei, mas na sua aplicabilidade no ambiente escolar.

Em março de 1990 é realizada em Jomtien, Tailândia, a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, onde foi elaborada a “Declaração de Jomtien”, considerada um dos documentos mundiais mais importantes sobre educação, reafirmando a educação como um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro. Este Documento traz em seu bojo a preocupação em inserir a pessoa com deficiência nesta universalização do acesso e na promoção da equidade em seu Artigo 3º

5. As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiência requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo. (UNESCO, 1990 p. 4)

Assim, ao ser signatário desta Declaração, o Brasil se comprometeu diante dos organismos internacionais a desenvolver estratégias objetivando a erradicação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental no país e para tanto elaborou em 1993 o Plano Decenal de Educação Para Todos com vigência até 2003, onde ratificava e aceitava formalmente a Declaração de Jomtien. Destarte, teria que também fundamentar e estabelecer políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência, uma vez que também faziam parte deste “Todos” populacional.

No período de 7 a 10 de junho de 1994 em Salamanca na Espanha, 92 países e 25 organizações não governamentais se reuniram na Conferência Mundial sobre Educação Especial e ao término do encontro, apresentaram para o mundo a Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais, que desde então, se torna o ícone dos documentos mundiais voltados à educação especial num contexto de educação para todos, na oferta de recursos e serviços favorecedores da inclusão escolar de seus alunos em classe do sistema comum de ensino numa pedagogia que busque o estabelecimento de potencialidades de seus partícipes.

[...]escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se

comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; (UNESCO, 1994)

Em 1999, por ocasião do XXIX Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, realizado no período de 6 a 8 de junho de 1999, na cidade da Guatemala em 07 de junho de 1999 foi aprovada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, comumente conhecida como “Convenção de Guatemala” Esta foi promulgada no Brasil através do Decreto 3956 de 08/10/2001 objetivando reafirmar que as pessoas de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais como quaisquer outras, inclusive o de não ser submetido a discriminação com base na deficiência.

A Convenção de Guatemala (1999) define em seu artigo 1,1 que o termo deficiência "significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária causada ou agravada pelo ambiente econômico e social". Assim este Documento internacional é o primeiro a ampliar o conceito de deficiência além da própria pessoa apontando o ambiente em seus aspectos econômico e social como causador ou agravador das condições de vida da pessoa acometida por uma deficiência. Também reafirma o direito da pessoa não ser submetida a discriminação em função de apresentar qualquer tipo deficiência, pois os princípios de dignidade e igualdade são inerentes à condição humana. Aponta a educação como uma das áreas a ser trabalhada como prioridade.

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, mais conhecida como “Convenção da ONU”, com seu Protocolo Facultativo, foi homologada pela Assembleia da Organização das Nações Unidas, em 13 de dezembro de 2006, e entrou em vigência em 03 de maio de 2008. Este tratado internacional de direitos humanos garante os direitos das pessoas com deficiência em vários aspectos, no âmbito dos direitos civis, políticos, econômicos e sociais, a exemplo do direito à educação, serviços de saúde, acessibilidade, etc. O Brasil assinou a Convenção e o seu Protocolo Facultativo em 30 de março de 2007 e a promulgou através do Decreto n.º 6.949, de 25 de agosto de 2009, tendo status de emenda constitucional.

A Convenção da ONU traz um novo olhar sobre o conceito a pessoa com deficiência: como “aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2009) Destarte, este conceito desperta para o fato que o impedimento não está somente potencialidades em superar os limites na pessoa, mas na sociedade que se transforma em favorecedora ou restritora do desenvolvimento da potencialidades inerentes a cada ser humano.

Do ponto de vista educacional a Convenção da ONU, traz em seu Artigo 24, a proposta um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, de forma que

nenhuma pessoa com deficiência seja excluída do sistema educacional geral sob alegação de deficiência.

Todos estes documentos internacionais servem de lastro para a formação de todo manancial de marcos normativos existentes no Brasil voltados à inclusão educacional das pessoas com deficiência, tendo a educação especial como modalidade de suporte e apoio para o fortalecimento de uma inclusão real, na oferta de serviços e recursos necessários para não somente haja a matrícula, mas que o aluno permaneça no ambiente escolar numa perspectiva de favorecimento de igualdades de oportunidades.

### 3.2 MARCOS NORMATIVOS BRASILEIROS

O Brasil é um país aquinhoado de uma legislação humanizada que contempla as necessidades e os direitos das pessoas com deficiência. O que ainda falta é que se corrija a distância existente entre o que está apregoado nas marcas da Lei e o que efetivamente é vivenciado no dia a dia. A Constituição Brasileira afirma e que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (Art. 5ª). No que concerne à educação a Carta Magna afirma a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (Art. 206) e ensino fundamental, obrigatório e gratuito além do atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (Art. 208)

Com o advento da Constituição Cidadã outra série de documentos normativos garantem a efetivação do direito à educação a exemplo da Lei 7.853/89 que assegura plenos direitos individuais, sociais e criminaliza o preconceito com reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa a quem

I - recusar, cobrar valores adicionais, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, em razão de sua deficiência; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

A Lei 8.069/90 que estabelece o Estatuto da criança e do adolescente (ECA) apresenta em seu Cap IV que trata do direito à educação, 07 artigos voltados para este fim, afirmando que toda criança e adolescente tem direito à educação em escola pública e gratuita próxima de sua residência (Art. 53), a garantia da oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino (Art 54,III) e a responsabilização dos pais ou responsáveis pela obrigatoriedade de matricular os filhos e pupilos na rede regular de ensino.

A Lei 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional tem no Capítulo V - da educação especial - os Artigos 58, 59 e 60 voltados à conceituação, orientação sobre o atendimento educacional especializado e a responsabilização por parte do Estado da oferta da educação especial a partir da educação infantil. Assegura também aos

alunos com deficiência “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades” (Art.59, I) além da disponibilização de professores especializados, educação para o trabalho, acesso aos benefícios aos programas sociais e o estabelecimento de critérios pelos órgãos normativos dos sistemas de ensino para que as instituições privadas sem fins lucrativos que atuem exclusivamente em educação especial possam pleitear apoio técnico e financeiro pelo poder público. (BASTOS, 2015, p.90)

Em 1999 é promulgado o Decreto 3.298/99 que regulamenta a Lei no 7.853/89 e dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, que trata do acesso à educação na seção II, nos artigos 24 ao 29, definindo educação especial, sua transversalidade em todos os níveis e modalidades de ensino e sua caracterização como processo flexível, dinâmico e individualizado. Garante oferta, obrigatória e gratuita, da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino com acesso aos mesmos benefícios conferidos aos demais alunos e a oferta em unidades hospitalares e congêneres nas quais o aluno com deficiência esteja internado por prazo igual ou superior a um ano. Registra a observância às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT relativas à acessibilidade quando da construção e reforma de estabelecimentos de ensino e ainda outras observações com vistas a propiciar uma educação efetiva a este público-alvo.

O Decreto 5.626/05 regulamenta a 10.436/02 oficializa a Língua Brasileira de Sinais – Libras garante a inserção da Língua Brasileira de Sinais – Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de fonoaudiologia e de formação de professores e ainda traz a oferta da educação da pessoa surda através da educação bilíngue. Trata ainda da formação do professor e do instrutor de Libras, como também do uso e da difusão da Libras e da língua portuguesa para o acesso das pessoas surdas à educação.

Em 2004 foi publicado o Decreto nº 5.296/04 que regulamenta das Leis 10.098/00 (acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida) e a Lei 10.048/00, (prioridade de atendimento a esse público-alvo), objetivando propiciar acessibilidade arquitetônica e urbanística, nos transportes, na informação e comunicação.

Uma das grandes conquistas para o fortalecimento da educação inclusiva foi a elaboração da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008) que apresenta de forma condensada os referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, objetivando que todos os alunos possam estudar juntos nas mesmas escolas, sem preconceito e discriminação. Desta forma, propõe se repensar a organização de escolas e classes especiais ainda existentes no Brasil e a melhor maneira de se organizar o atendimento educacional especializado a ser ofertado de modo a viabilizar o acesso, a participação e a aprendizagem na contemplação de suas necessidades educacionais especiais. Para tanto propõe uma ampliação na atuação da Educação Especial no sentido de orientar os sistemas de ensino para promover uma educação realmente inclusiva, acolhedora e aberta a todos os alunos ao garantir:

- Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;
  - Atendimento educacional especializado;
  - Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;
  - Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar;
  - Participação da família e da comunidade;
  - Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e
  - Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.
- (BRASIL, 2008, p 8)

Em 2009, o Ministério da Educação, o Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica publicaram a Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009 que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado/AEE na Educação Básica, apontando a função do AEE, definindo seu público-alvo, seus locais de oferta, priorizando o atendimento em escolas do ensino regular, a dupla contabilização de matrícula no âmbito do FUNDEB, a elaboração e execução do plano de AEE e a sua inserção no projeto pedagógico da escola.

Em 2011 foi publicado o Decreto 7.611/11 que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado, garante o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, define o público-alvo da educação especial, disponibiliza por parte da União o apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, Municípios e Distrito Federal e a instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, com a finalidade de ampliar a oferta do AEE para o público alvo da educação especial. Este Decreto revoga o Decreto 6.571/2008 que tratava de orientações pertinentes ao AEE.

O Decreto 7.612/11 institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite, que é um conjunto de políticas públicas organizado em 4 eixos: Acesso à Educação, Inclusão Social, Atenção à Saúde e Acessibilidade voltados ao apoio, estímulo, autonomia, respeito e defesa dos direitos das pessoas com deficiência

No ano de 2015 foi aprovado um grande marco educacional: a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação com vigência de 2014 a 2024 e que traz em sua meta 4 a universalização do acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado para alunos público alvo da educação especial na faixa etária de quatro a dezessete anos, garantindo um sistema nacional inclusivo. Uma das estratégias dessa meta aborda a formação do professor.

Após 12 anos em tramitação no Congresso Nacional, a Lei 13.146/16 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Sancionada no dia 6 de julho de 2015 e entrando em vigor em 2 janeiro de 2016, tem o objetivo de assegurar e promover o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência em condições de igualdade de oportunidades junto a seus pares. No tocante à educação, a LBI garante

sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades no aprendizado ao longo da vida dos alunos da Ed. Especial.

#### 4- CONSIDERAÇÕES

Como a escola é o elemento meio entre família e sociedade, torna-se o locus mais propício para garantir não somente o desenvolvimento cognitivo, mas também o pessoal e o relacional dos alunos da Educação Especial com seus pares numa escola aberta para todos, onde as limitações deixam de ser o foco central e a proposta pedagógica passa a ser centrada nas potencialidades humanas. E uma das coisas que favorece este entendimento é o conhecimento do arcabouço legal que ratificam o direito da inclusão educacional deste público alvo.

Mas não é necessário apenas que se tenha a Lei, mas que haja o conhecimento de sua existência para que se possa acessá-la e cobrar sua efetiva existência enquanto dispositivo legal em favor do público-alvo da Educação Especial com vistas a garantir que este segmento populacional possa usufruir da sociedade em sua integralidade como um sujeito de direitos.

A partir do momento em que o professor adquire conhecimentos sobre estes marcos filosóficos e normativos de âmbito internacional e nacional, resta-lhes o imperativo categórico de não somente disseminar este saber em sala de aula, refletindo o direito dos alunos da Ed. Especial em promover uma educação verdadeiramente inclusiva, mas acima de tudo, vivenciá-la em sua própria prática pedagógica, unindo teoria e prática. Só assim a Lei sai da fibra do papel e se instala nas fibras do coração para construir uma sociedade de direito para todos!

#### REFERÊNCIAS

BASTOS, A C.A. C. **A formação do professor do Ensino Religioso: um olhar sobre a inclusão de alunos com deficiência na escola.** São Paulo. Fonte Editorial, 2015

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília DF, 05 out.1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em 22/09/2016

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 3.956 de 08 de outubro de 2001.** Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Disponível em, [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/d3956.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm) Acesso em 29/09/2016

\_\_\_\_\_ **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF, 2 dez.2004. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm)

Acesso em 27/09/2016

\_\_\_\_\_ **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF, 22 dez. 2005. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm) Acesso em 01/09/2016

\_\_\_\_\_ **Decreto legislativo nº 485, de 2006.** Aprova o texto da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, celebrada em Paris, em 20 de outubro de 2005. Senado Federal, 20 dez. 2006. Disponível em [http://linker.lexml.gov.br/linker/processa?urn=urn:lex:br:federal:decreto.legislativo:2006-12-](http://linker.lexml.gov.br/linker/processa?urn=urn:lex:br:federal:decreto.legislativo:2006-12-20:485&url=http%3A%2F%2Flegis.senado.gov.br%2Flegislacao%2FListaPublicacoes.action%3Fid%3D255194%26tipoDocumento%3DDLG%26tipoTexto%3DPUB&exec)

[20:485&url=http%3A%2F%2Flegis.senado.gov.br%2Flegislacao%2FListaPublicacoes.action%3Fid%3D255194%26tipoDocumento%3DDLG%26tipoTexto%3DPUB&exec](http://linker.lexml.gov.br/linker/processa?urn=urn:lex:br:federal:decreto.legislativo:2006-12-20:485&url=http%3A%2F%2Flegis.senado.gov.br%2Flegislacao%2FListaPublicacoes.action%3Fid%3D255194%26tipoDocumento%3DDLG%26tipoTexto%3DPUB&exec) Acesso em 02/11//2016

\_\_\_\_\_ **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF, 17 nov. 2011 < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm)

Acesso em 02/10/2016

\_\_\_\_\_ **Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011.** Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Brasília, DF, 17 nov. 2011 Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm)

Acesso em 02/09/2016

\_\_\_\_\_ **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.** Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Brasília, DF, 24 out. 1989. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L7853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7853.htm)

Acesso em 03/07/2016

\_\_\_\_\_ **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)  
Acesso em 10/10/2016

\_\_\_\_\_ **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 dez.1996. Disponível em < [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn2.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf)  
Acesso em 15/05/2016

\_\_\_\_\_ Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos político-legais da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília: Secretaria de Educação Especial. 2010 72 p

\_\_\_\_\_ Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>  
Acesso em 06/10/16

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos do Homem.** Adotada e aprovada em Assembleia Geral da ONU no dia 10 de dezembro de 1947. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>  
Acesso em 01/10/2016

**ABSTRACT** This study discusses the legal and reference frameworks which make explicit the importance of the guarantee of Special Education in the provision of resources and services directed at students with disabilities, global developmental disorders and high skills / giftedness, target public os Special Education, aiming to promote the development of their potentialities, so that these students are not only enrolled, but truly included in the school environment. This study also reflects on the need to publicize in the school environment the fact that Brazil is a signatory to international milestones which legalize the right to education as inherent to the human condition and that, therefore, must be offered through an educational system which neither excludes nor discriminates against anyone and that allows the fraternal coexistence of all students in conditions of equality in school. Using a bibliographical research, it has as general objective the promotion of an in-depth reflection on Special Education based on the legal frameworks and references which regulate this modality of education. It has as specific objectives to broaden teachers' perspective on legal frameworks and how they can be socialized not only in the classroom, but in every school environment. As a result, it is expected that teachers understand Special Education no longer as a parallel system of education, but transcending all modalities of basic education, and they can contribute to their daily practice in strengthening a plural, respectful and fraternal society, which recognizes and respects the student of Special Education as a subject of rights.

**KEY WORDS:** Special Education. Legal Frameworks. Inclusive Education.

### Sobre os autores:

**Adriana de Andrade Gaião e Barbosa** Professora da Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Psicopedagogia. Graduação em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba; Mestre em Desenvolvimento Humano pela Universidade Federal da Paraíba. Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba; Coordenadora do Grupo de Pesquisa Transtornos do Desenvolvimento, Aprendizagem e Comportamento/NESMEP/UFPB. E-mail para contato: [adrianagaiao@uol.com.br](mailto:adrianagaiao@uol.com.br)

**Agerdânio Andrade de Souza** Revisor de texto Braille do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Amapá. Graduado em Química com atribuição em licenciatura e Física pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR/RO); Mestrado em Química pela Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR); Integrante do Laboratório de Desenvolvimento de Instrumentação e Automação Analítica (Grupo DIA), cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa – CNPq; E-mail para contato: [as.ac@hotmail.com](mailto:as.ac@hotmail.com)

**Aline Oliveira Costa** Graduanda no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, pela Universidade Estadual da Paraíba. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), com o projeto: Política Educacional, parcerias público-privado e redes governança: reflexões a partir de redes de ensino de Campina Grande – PB. E-mail: [alineoliveiracosta10@gmail.com](mailto:alineoliveiracosta10@gmail.com)

**Amanda Damasceno de Macêdo** Bacharel em Enfermagem pela Faculdade de Ciências e Tecnologia do Maranhão – FACEMA; Especialista em Oncologia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia do Maranhão – FACEMA; Especialista em Regulação em Saúde no SUS, pelo Instituto Sírio Libanês. E-mail: [amandamacedo190@gmail.com](mailto:amandamacedo190@gmail.com)

**Amanda Pereira Soares Lima** Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); E-mail para contato: [amandapslima@yahoo.com.br](mailto:amandapslima@yahoo.com.br).

**Ana Célia Pereira Damasceno de Macêdo** Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA/Campus Caxias. Mestre em Ciências da Educação pela *Universidad San Lorenzo*-América Latina. Professora da rede municipal e estadual de ensino. E-mail: [anacelia2814@hotmail.com](mailto:anacelia2814@hotmail.com)

**Ana Cristina de Almeida Cavalcante Bastos** Graduação em Estudos Sociais pela Universidade Estadual da Paraíba e graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da Universidade Federal da Paraíba – UFPB

**Ana Paula Soares Loureiro Rodrigues** Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Federal da Paraíba - UFPB

**Ana'mélia Damasceno de Macêdo** Graduanda em Medicina Veterinária pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. E-mail: macedo.anamelia@gmail.com

**Anderson Felipe Pereira da Silva** Estudante de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade de Pernambuco.

**Andreia Gomes da Cruz** Professora da Universidade Estácio de Sá (UNESA); Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (NEPES) da UFF, atuando na linha de pesquisa políticas de educação superior. Bolsista Pesquisa Produtividade da UNESA (2017-2018); E-mail: <[andreigomes25@yahoo.com.br](mailto:andreigomes25@yahoo.com.br)>

**Andrezza Damasceno de Macêdo** Graduada em Licenciatura em Química pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA/Campus Caxias. Bolsista de Iniciação à Docência – PIBID/CAPE. Bolsista de Iniciação Científica – PIBIC/IFMA. Pós-graduanda em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Pós-graduanda em Libras e Práticas pedagógicas aplicadas à educação bilíngue de surdos pela Fundação Sôsândrade – FSADU. Professora coordenadora do Farol do Saber Gov. Eugênio Barros, Caxias–MA. E-mail: andrezza\_damasceno@hotmail.com

**Anyla Laise Santos** Especialização em ENSINO DE MATEMÁTICA. Universidade Candido Mendes, UCAM, Rio De Janeiro, Brasil; Graduação em Licenciatura em Matemática. Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, Brasil

**Blenda Carine Dantas de Medeiros** Psicóloga e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis-SP. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, processo nº 2016/09622-2). E-mail: blenda\_carine@hotmail.com.

**Bruna Caroline Pessoa Guimarães** Endereço para acessar CV: <http://lattes.cnpq.br/3258281075492716>; Email: bruna.unicap@gmail.com; Graduanda em Fisioterapia – UNICAP -CCBS (Centro de Ciências Biológicas e da Saúde). Voluntária do projeto de Extensão da Unicap (Projeto Horizonte) na atividade de Brinquedista.

**Carla Estefani Batista** Graduação em Química – Bacharelado e Licenciatura pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR/PR); Mestrado em Química pela Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR); Doutoranda em Clima e Ambiente pelo

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia / Universidade do Estado do Amazonas (INPA/UEA/AM). E-mail para contato: [Estefani@hotmail.com](mailto:Estefani@hotmail.com)

**Carla Montefusco de Oliveira** Professora adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); Mestrado em Administração de Empresas pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN);

**Carlos Augusto Batista Sena** Possui graduação em Educação Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2008). Graduação em Ciências Biológicas em andamento pela Universidade Federal de Pernambuco. Artigos publicados na área de TICs, Metodologias inovadoras de Ensino e Educação Inclusiva. Inglês e espanhol intermediários. Capacidade de liderança e trabalho em equipe. E-mail para contato: [carlos\\_augusto\\_sena@hotmail.com](mailto:carlos_augusto_sena@hotmail.com)

**Cíntia Valéria da Conceição** Graduanda em Licenciatura em Química. Bolsista do Programa Institucional de Iniciação à Docência – PIBID/CAPES. E-mail: [pj.cintiavaleria@hotmail.com](mailto:pj.cintiavaleria@hotmail.com)

**Cristiane do Nascimento Martins** Gestora escolar no município Lagoa de Dentro-PB; Graduação em História pela Universidade Estadual da Paraíba; Especialização em Educação Especial pela Universidade Cristo Rei; Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba (6º período); E-mail para contato: [cristiane-2505@hotmail.com](mailto:cristiane-2505@hotmail.com).

**Daniele Gruska Benevides Prata** Doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará. Possui graduação em Psicologia pela Universidade de Fortaleza - Licenciatura / Bacharelado (2002; 2003), graduação em Enfermagem pela Universidade de Fortaleza (2013), Especialização em Terapias Tradicionais Chinesas pela Universidade Estadual do Ceará (2006), Mestrado em Administração pela Universidade de Fortaleza (2011) onde foi bolsista da CAPES. Tem experiência em Psicologia Organizacional, Estudos sobre Gênero e Educação, Psicologia Clínica, Psicologia Comunitária, Avaliação / Psicodiagnóstico, Ações Sustentáveis, Gestão de Resíduos de Serviços de Saúde e Prática Docente. Atua como Enfermeira Assistencial Concursada na Clínica Cirúrgica do Complexo Hospitalar da UFC - Hospital Universitário Walter Cantídio. [daniele.gruska@uece.br](mailto:daniele.gruska@uece.br)

**Déborah Kallyne Santos da Silva** Psicopedagoga no Município Lagoa de Dentro-PB; Graduação em Psicopedagogia pela Universidade Federal da Paraíba; Graduanda em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba; E-mail para contato: [kall.id@hotmail.com](mailto:kall.id@hotmail.com).

**Edileine Vieira Machado** Professora do Centro Universitário CESMAC/Maceió-AL; Graduação em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP/Assis-SP; Graduação em Pedagogia pela Universidade Nove de Julho – UNINOVE/São Paulo-SP; Mestrado em Letras pela Universidade de São Paulo – FFLCH-USP/São Paulo-SP; Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo – FE-USP/São Paulo-SP; Pós-doutorado em Fenomenologia pelo *Centro Italiano di Ricerche Fenomenologiche - CIRF / Roma-Itália*. E-mail para contato: [edileinemachado@gmail.com](mailto:edileinemachado@gmail.com)

**Elyza Matutynna De Queiroz Santos** Graduada em Licenciatura plena em Matemática pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Pós-Graduada do Curso de Especialização em Gestão e Coordenação em Educação pela Universidade de Pernambuco.

**Fátima Elisabeth Denari** Professor da Universidade Federal de São Carlos; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos e membro colaborador do Programa de Mestrado em Educação Sexual, da Faculdade de Ciências e Letras/UNESP/Araraquara (FCLAR/UNESP); Graduação em Estudos Sociais, Asser/UNICEP/São Carlos/SP; Mestrado em Educação Especial, UFSCar ; Doutorado em Educação (Metodologia do Ensino), UFSCar; Pós Doutorado em Educação Sexual, NUSEX/FCLar/UNESP; Grupo de pesquisa: Géfyra – líder - (UFSCAr) e NUSEX – membro - (FCLAr/UNESP; E-mail para contato: [fadenari@terra.com.br](mailto:fadenari@terra.com.br)

**Fernanda Caroline Pereira Silva** Graduada no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, pela Universidade Estadual da Paraíba. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) – Subprojeto Pedagogia, desde 2016. E-mail: [fernandacarolline10@gmail.com](mailto:fernandacarolline10@gmail.com)

**Fernando Rodrigues Tavares** Professor da Educação Básica; Graduação em Ciências Biológicas pela Faculdade Dirson Maciel de Barros – FADIMAB; Graduação em Pedagogia pela ALFAMÉRICA; Doutorando em Ciências da Educação pela Universidad Grendal; E-mail: [fer-t9@hotmail.com](mailto:fer-t9@hotmail.com)

**José Dayvid Ferreira da Silva** Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade de Pernambuco. Mestre em Bioquímica e Fisiologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutorando em Bioquímica e Fisiologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Pós-Graduando do Curso de Especialização em Gestão e Coordenação em Educação pela Universidade de Pernambuco.

**José Jefferson da Silva** Mestre em Educação em Ciências e Matemática pela Universidade Federal de Pernambuco UFPE/CAA. Professor Efetivo de Matemática da Rede Estadual de Pernambuco. Atuou como professor substituto da Universidade Federal de Pernambuco - Campus Acadêmico do Agreste, Núcleo de Formação Docente, nas graduações: Matemática - Licenciatura, Química - Licenciatura e Física - Licenciatura, ministrando disciplinas de Educação de Matemática, Matemática do

Ensino Superior, e Matemática da Educação Básica. Licenciado em Matemática pela UFPE/CAA. Licenciado em Matemática (UFPE-CAA). Participou de Intercâmbio no curso de Licenciatura em Matemática da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra - FCT/UC, financiado pelo CNPq. Tem interesse em diversas áreas de estudo como a área Educação Especial numa perspectiva Inclusiva, Educação Matemática, Metodologia do Ensino da Matemática, Educação Estatística.

**José Kasio Barbosa da Silva** Graduando do curso de Pedagogia, na Universidade Estadual do Ceará – UECE. Foi bolsista de monitoria em disciplinas de Psicologia nos Cursos de Pedagogia e Química da FACEDI/UECE. Também Bolsista do projeto de extensão universitária “Cine Itinerante”, uma leitura do mundo por meio do cinema. Além integrar como estudante o Grupo de Estudo Sobre Heteronormatividades nas Escolas – GEHE, no qual se discutiram questões de gênero e sexualidade e outras que atravessam esses marcadores. Tem interesse em pesquisas nas temáticas relativas à Educação, Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos, já tendo apresentado e publicado pesquisas nestes eixos. [jose.kasio@aluno.uece.br](mailto:jose.kasio@aluno.uece.br)

**José Rafael Moura Silva** Graduado no Curso de Pedagogia na Universidade Estadual do Ceará. Focou sua monografia para a compreensão histórica da Educação de Surdos.

**Joselito Santos** Professor das Faculdades Integradas de Patos e da FACISA. Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Psicopedagogia das FIP; Graduação em Comunicação Social pela Universidade Estadual da Paraíba; Mestrado em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual da Paraíba; Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

**Juliana Brito Cavalcante** Possui graduação em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (2008). Especialista em Saúde Pública( 2012) e Gestão de Urgências e Emergências( 2013). Mestrado em Saúde Coletiva- UNIFOR( 2016). Doutoranda em Psicologia- UNIFOR( 2017). Atualmente é professora da Universidade Estadual do Ceará- UECE e dos Cursos de Especialização em Psicopedagogia, Gestão Escolar E Psicologia Hospitalar. Tem experiência profissional na área da docência, saúde e assistência social, atuando principalmente nas áreas: Psicologia Organizacional e do Trabalho, Gestão e Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento. [juliana\\_brito\\_psicologia@hotmail.com](mailto:juliana_brito_psicologia@hotmail.com)

**Juliana da Silva Pereira** Graduada em Licenciatura em Química pelo Instituto Federal do Maranhão – IFMA/Campus Caxias. Foi bolsista do Programa de Iniciação Científica – PIBIC, pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Maranhão – FAPEMA e pelo IFMA. E-mail: [julianapereira.quim@gmail.com](mailto:julianapereira.quim@gmail.com)

**Karolina Lima dos Santos Araújo** Licencianda do Curso de Licenciatura em Matemática no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco. Monitora da mesma Universidade na disciplina de Estatística (2015.2).

Foi Integrante do Projeto de Extensão intitulado Sherlock Holmes na Matemática, em 2015. Atual desde 2016 como bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/UFPE) promovido pela CAPES.

**Katheley Wesllayny da Silva Santos** Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú- CE; Pós-graduação Lato sensu em Psicopedagogia Clínica e Institucional e Gestão Educacional pela Faculdade Europeia de Administração e Marketing- PE. Bolsista discente no PET Parasitologia- UFPE; E-mail para contato: [katheleywesllayny@hotmail.com](mailto:katheleywesllayny@hotmail.com)

**Keilla Rebeka Simões de Oliveira** Graduação em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba; Mestrado em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco; Doutorado em andamento em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco; Grupo de pesquisa: Grupo de Pesquisa Linguagem Leitura e Letramento (GEPELLL);E-mail para contato: [keilla.rso@gmail.com](mailto:keilla.rso@gmail.com).

**Layanna de Almeida Gomes Bastos** Graduação em Ciências Biológicas (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB e Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA da Universidade Federal da Paraíba – UFPB

**Lourhan Oliveira Chaves** Graduado em Licenciatura em Química pelo Instituto Federal do Maranhão – IFMA/Campus Caxias. Participou do grupo de pesquisa de fotocatalise. E-mail: [lourhanoliveira@hotmail.com](mailto:lourhanoliveira@hotmail.com)

**Luanna Raquel Gomes Macedo** Graduanda no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, pela Universidade Estadual da Paraíba. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) – Subprojeto Pedagogia, desde 2016. Técnica em Manutenção e Suporte em Informática, pelo Instituto Federal da Paraíba. E-mail: [luanna\\_raquel\\_@hotmail.com](mailto:luanna_raquel_@hotmail.com)

**Luciana Velloso** Professora Adjunta no Departamento de Ciências Sociais e Educação (DCSE) da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação (PPGECC) da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/UERJ); Mestrado em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação da UERJ (ProPEd/UERJ); Doutorado em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação da UERJ (ProPEd/UERJ); Grupo de pesquisa: Pesquisadora integrante do grupo “Currículo: sujeitos, conhecimento e cultura”;E-mail para contato: [lucianavss@gmail.com](mailto:lucianavss@gmail.com)

**Luis Gustavo Guerreiro Moreira** [guguerreiro@gamil.com](mailto:guguerreiro@gamil.com); Aluno do curso de Doutorado em Políticas Públicas na Universidade Estadual do Ceará. Mestre em Sociologia e bacharel em Ciências Sociais, ambos pela Universidade Federal do Ceará. Ocupa atualmente o cargo de indigenista especializado na Fundação Nacional do Índio - Funai. Tem experiência em docência na área de Ciência Política e

Sociologia dos cursos de graduação da Universidade Aberta do Brasil UAB pela Universidade Federal do Ceará. Dedicar-se a estudos na área de Sociologia Política, com ênfase em teoria das nacionalidades, em estudos estratégicos e política indigenista. Atua como pesquisador do Observatório das Nacionalidades e como editor executivo do periódico científico Tensões Mundiais. Também é pesquisador filiado à Associação Brasileira de Estudos da Defesa – ABED

**Luiz Ferreira de Oliveira Junior** Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Católica de Pernambuco. Aperfeiçoamento em Docência na Escola de Tempo Integral pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Pós-Graduando do Curso de Especialização em Gestão e Coordenação em Educação pela Universidade de Pernambuco.

**Márcia Rejane Almeida de Carvalho**, pedagoga pela Faculdade de Ciências Humanas de Olinda, Pós graduada em Psicologia da Educação pela UFPE e Especialista em Práticas Pedagógicas pela FUNESO, mestre em Ciências da Educação pela Universidade Lusófona de Lisboa e doutoranda pela Universidade Nova Lisboa – Portugal com a especialização em formação e supervisão de professores. Sou funcionária pública do estado de Pernambuco e trabalho com formação de professores na expectativa de inclusão na rede privada de Olinda. E-mail: [marciacsh1@hotmail.com](mailto:marciacsh1@hotmail.com)

**Marcos Andrade Alves dos Santos** Aluno da Especialização em Gênero e Diversidade na Escola na Universidade Federal do Ceará – UFC. Graduado no curso de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Anhanguera – UNIDERP (2015). Graduando no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Possui experiência em pesquisas sobre Gênero, Sexualidade, Direitos Humanos e Educação e na construção e Desenvolvimento de Políticas Públicas. Atua como Secretário da Associação da Diversidade de Itapipoca (ADI) e como Agente Administrativo concursado na Prefeitura Municipal de Trairi. Também é pesquisador do Grupo de Estudos do Programa de Pós Graduação em Direito Constitucional da Universidade de Fortaleza – UNIFOR. [marcos.andrade@aluno.uece.br](mailto:marcos.andrade@aluno.uece.br)

**Marcus Bessa de Menezes** Professor da Universidade federal de Campina Grande – UFCG; Graduação em Licenciatura em matemática pela Universidade Federal Rural de Pernambuco; Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco; Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco; Pós Doutorado em Educação Matemática pela Universidade Complutense de Madrid; Grupo de pesquisa: Fenômenos Didáticos; E-mail para contato: [marcusbessa@gmail.com](mailto:marcusbessa@gmail.com)

**Maria Elena da Cruz** Graduada em Licenciatura plena em Filosofia pela Faculdade Batista Brasileira na Bahia. Especialista em Projeção pelo Instituto Federal de Pernambuco. Pós-Graduanda do Curso de Especialização em Gestão e Coordenação em Educação pela Universidade de Pernambuco.

**Maria Fernanda Sanchez Maturana** Graduação em Turismo pela Universidade Estadual Paulista; Mestrado em Educação Sexual pela Universidade Estadual Paulista; E-mail para contato: [ma.fersanchez@hotmail.com](mailto:ma.fersanchez@hotmail.com)

**Marly Santos da Silva** Coordenadora Pedagógica do Município Lagoa de Dentro-PB; Graduação em Letras pela Universidade Estadual da Paraíba; Mestre em Práticas de Educação pela Universidade Unigrendal; Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidade Unigrendal; E-mail para contato: [santosmarlyprof@gmail.com](mailto:santosmarlyprof@gmail.com)

**Monalisa Silva Melo** Licencianda em Matemática no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (2013). Atualmente leciona na empresa Instituto Olavo Bilac na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, nas Séries Finais do Ensino Fundamental

**Nathalia Rodrigues Araújo** Graduanda no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, pela Universidade Estadual da Paraíba. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) – Subprojeto Pedagogia, desde 2016. E-mail: [nathipx19@gmail.com](mailto:nathipx19@gmail.com)

**Nubia Xavier da Silva** Professor da Universidade Paulista; Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP/AP). E-mail para contato: [nubiareivax@hotmail.com](mailto:nubiareivax@hotmail.com)

**Oberdan José Teixeira Chaves** Professor do Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual. Graduação em Matemática pela Universidade do Estado do Pará (UEPA/PA); E-mail para contato:

**Osias Raimundo da Silva Junior** Graduação em andamento em Ciências Biológicas na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Possui participação e trabalhos publicados em eventos científicos; fiz parte dos projetos de pesquisa GENTE e METODOLOGIAS ATIVAS e INOVAÇÕES PEDAGÓGICAS NA ÁREA DE CIÊNCIAS NATURAIS (2016); também atuei no projeto de extensão PROI-DIGIT@L: Espaço de criação para inclusão digital; ministrei oficinas sobre como aplicar a ferramenta Design Thinking na sala de aula e o MOBILE LEARNING como metodologia ativa no ENSINO DE BIOLOGIA. Atualmente, faço parte do Programa Institucional com Bolsas de Iniciação a Docência (PIBID). E-mail para contato: [Juniorsilvapi@hotmail.com](mailto:Juniorsilvapi@hotmail.com)

**Patrícia Teixeira de Matos** Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará-UECE; Email: [patricia.teixeira@aluno.uece.br](mailto:patricia.teixeira@aluno.uece.br)

**Pedro Thiago Chagas de Souza** Endereço para acessar CV: <http://lattes.cnpq.br/5529680851124800> Graduando em Licenciatura Plena em Ciências Biológicas da Universidade Católica de Pernambuco –UNICAP -CCBS (Centro de Ciências Biológicas e da Saúde). Email: [pedrothiiagomih@gmail.com](mailto:pedrothiiagomih@gmail.com); Bolsista Pibid na Unicap e Voluntário do projeto de Extensão da Unicap (Projeto Horizonte) na atividade de Brinquedista.

**Polliana Barboza da Silva** Supervisora Escolar e Professora da Educação Básica; Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB; Mestranda em Educação pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB; E-mail: [pollianabarboza@hotmail.com](mailto:pollianabarboza@hotmail.com)

**Pollyana Souto da Silva** Endereço para acessar CV: <http://lattes.cnpq.br/9533357039273988>; Email: [polyssouto@gmail.com](mailto:polyssouto@gmail.com). Graduada em Licenciatura Plena em Ciências Biológicas da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP -CCBS (Centro de Ciências Biológicas e da Saúde). Voluntária do projeto de Extensão da Unicap (Projeto Horizonte) na atividade de Brinquedista.

**Raimunda Aurilia Ferreira de Sousa** Graduação em Geografia pela Universidade Regional do Cariri-URCA; Especialização em Ensino de Geografia pela Faculdade de Juazeiro do Norte-FJN; Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Ceará-UFC; Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco-UFPE; Email: [aurilia\\_sousa@yahoo.com](mailto:aurilia_sousa@yahoo.com)

**Rebeka Rayane Araujo de Lima** Graduação em andamento em Ciências Biológicas na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Possui participação e trabalhos publicados em eventos científicos. Tenho capacidade e experiência de trabalhar em equipe. Atualmente, faço parte do Programa Institucional com Bolsas de Iniciação a Docência (PIBID). Integra pesquisas na área de educação, com enfoque em educação inclusiva no NEAP (Núcleo de Ensino e Apoio Psicopedagógico) da UFPE. E-mail para contato: [rebekarayane24@gmail.com](mailto:rebekarayane24@gmail.com)

**Renan Belém da Silva** Graduando em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Atualmente obtendo experiência na área ecotoxicologia, estagiando no LABORATÓRIO DE CULTIVO DE MEIOFAUNA MARINHA E ESTUARINA (LACIMME) e Integra pesquisas na área de educação, com enfoque em educação inclusiva no NEAP (Núcleo de Ensino e Apoio Psicopedagógico); Integrou, no ano de 2016, os projetos de pesquisa GENTE; METODOLOGIAS ATIVAS E INOVAÇÕES PEDAGÓGICAS NA ÁREA DE CIÊNCIAS NATURAIS e PROI-DIGIT@L: Espaço de criação para inclusão digital, ministrando oficinas sobre a metodologia ativa SALA DE AULA INVERTIDA; MOBILE LEARNING NO ENSINO DE BIOLOGIA e DESIGN THINKING. E-mail para contato: [renanbs14@gmail.com](mailto:renanbs14@gmail.com)

**Sandra Patrícia Ataíde Ferreira** Professor da Universidade Federal de Pernambuco; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva da Universidade Federal de Pernambuco; Graduação em Psicologia pela Faculdade de Ciências Humanas de Olinda; Mestrado em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco; Doutorado em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco; Grupo de pesquisa: Grupo de Pesquisa Linguagem Leitura e Letramento (GEPELLL); E-mail para contato: [tandaa@terra.com.br](mailto:tandaa@terra.com.br)

**Sônia Helena Costa Galvão de Lima** Professora e Coordenadora do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário CESMAC/Maceió-AL; Graduação

em Psicologia pelo Centro Universitário CESMAC; Mestrado em Educação pela Universidade Cidade de São Paulo – Unicid/São Paulo-SP; E-mail para contato: [sonia.lima@cesmac.edu.br](mailto:sonia.lima@cesmac.edu.br)

**Tânia Maria de Oliveira Nery** Professora da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP: /CTCH (Centro de Teologia e Ciências Humanas). Endereço para acessar CV: <http://lattes.cnpq.br/0716202039562465>; Email: [tmnery@gmail.com](mailto:tmnery@gmail.com); Coordenadora do projeto de Extensão da Unicap (Projeto Horizonte).

**Tatiana Cristina Vasconcelos** Professora da Universidade Estadual da Paraíba e das Faculdades Integradas de Patos. Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Psicopedagogia das FIP; Graduação em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba; Mestrado em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba; Doutorado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; E-mail: [vasconcelostc@yahoo.com.br](mailto:vasconcelostc@yahoo.com.br)

**Thiago Matias de Sousa Araújo** Professor substituto do Departamento de Fundamentos e Políticas da Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Graduado em Direito e em Pedagogia pela UFRN. Mestre em Educação pela UFRN. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Vinculado ao grupo de Pesquisa “História, Sociedade e Educação no Brasil: HISTEDBR/UFSCar”. E-mail: [thiogomatiass@hotmai.com](mailto:thiogomatiass@hotmai.com).

**Vagner Sérgio Custódio** Professor da Universidade Estadual Paulista; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual da Universidade Estadual Paulista; Graduação em Educação Física pela Universidade Estadual Paulista; Mestrado em Educação pela Universidade Estadual Paulista; Doutorado em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas; Grupo de pesquisa: Nutex, Cpides e Gepter; E-mail para contato: [vagner@rosana.unesp.br](mailto:vagner@rosana.unesp.br)

**Vanessa Cristina Sossai Camilo** Graduação em Pedagogia pela Faculdade Integrada Soares de Oliveira e Graduação em Enfermagem pela Universidade de Marília; Mestrado em Educação Sexual pela Universidade Estadual Paulista; Grupo de pesquisa: Gepife; E-mail para contato: [vcsossai@hotmail.com](mailto:vcsossai@hotmail.com)

**Vanessa Lays Oliveira dos Santos** Graduação em Matemática pela Universidade de Campina Grande UFCG; Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências e Educação Matemática da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB; Grupo de pesquisa: LEEMAT – Leitura e Escrita em Educação Matemática- UEPB; E-mail para contato: [vanessa.lays@gmail.com](mailto:vanessa.lays@gmail.com)

**Veralucia de Lima Silva** Psicóloga no Município Lagoa de Dentro-PB; Graduação em Psicologia pelo Instituto Paraibano de Educação; Graduação em Licenciatura em Psicologia pelo Centro Universitário de João Pessoa; Mestre em Educação pela Universidade Federal da Paraíba; E-mail para contato: [veralimapb@gmail.com](mailto:veralimapb@gmail.com).

**Vycttor Mateus de Melo Alves da Silva** cursando 5º período de Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Técnico em Química Industrial pelo Instituto Federal de Pernambuco. Integra pesquisas na área de educação, com enfoque em educação inclusiva no NEAP (Núcleo de Ensino e Apoio Psicopedagógico) da UFPE. Possui experiência na área de ensino de Bioquímica Aplicada após atuação no Laboratório de Aulas Práticas do Departamento de Bioquímica da UFPE (DBioq). Atualmente participa do PIBID Biologia, o qual participa desde 2017. E-mail para contato: [vycttormateus1@gmail.com](mailto:vycttormateus1@gmail.com)

**Wuallison Firmino dos Santos** Coordenador pedagógico de matemática do Colégio Municipal Monsenhor Stanislaw em Olivedos; Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências e Educação Matemática da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB; Graduação em Matemática (Licenciatura) pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG; E-mail para contato: [wuallison13@hotmail.com](mailto:wuallison13@hotmail.com)

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-93243-77-6

